



Onésimo Teotónio Almeida

Da PIDE e dos brandos costumes lusitanos

António Araújo acaba de publicar mais um livro. Desta vez lançou-se numa reavistação da tão badalada ideia da revolução dos cravos como uma festa, reviravolta repetidamente apregoada como não-sanguinária, só possível graças aos nossos supostamente lendários brandos costumes.

O autor habituou-nos nos seus escritos (em livros, artigos de revistas e jornais, e entradas no seu rico e sugestivo blogue “Malomil”) a uma preocupação exaustiva com documentos, em busca de factos nus e crus que permitam ao leitor ser ele a extrair as suas conclusões. António Araújo evita a todo o custo fazer catequese, a não ser aquela que insiste em ensinar que qualquer narrativa histórica não baseada em dados, factos, documentos, resvala e derrapa implacavelmente, estatelando-se num outro género mais conhecido por ficção. Que é legítimo e nobre, mas não carece de contributos a reclamar uma suposta coincidência com o mundo real.

Morte à Pide é o título deste seu mais à data mais recente livro. A palavra de ordem segue-se o subtítulo mais informativo de *A Queda da Polícia Política do Estado Novo*. A edição é da responsabilidade da prestigiosa Tinta-da-China.

Muito foi já escrito e publicado sobre a famigerada PIDE, e eu confesso não estar a par de toda a bibliografia sobre o tema. Acrescento, todavia, que me lancei confiante na leitura deste muito sério, documentado e informadíssimo livro. São cinquenta e uma páginas de notas, nada mais nada menos do que ¼ da obra, e fica patente que o autor leu provavelmente tudo sobre o tema – conhecendo o seu estilo, eu diria que leu absolutamente tudo o que conta – e veio agora a terreiro com os resultados da sua própria investigação porque se sentiu abalizado a um balanço de sua própria conta.

Importa frisar que António Araújo é historia-

dor com crédito firmado na praça pública. Um número considerável de leitores habituou-se ao seu rigor e respeito o que ele escreve pelas razões acima expostas. Nesse grupo integro-me eu e, por isso, desconhecedor de grande parte da bibliografia pertinente à temática do seu livro, deixei-me (en)levar pela límpida, cristalinamente vernácula prosa destas suas páginas, e fui aos poucos formulando o meu juízo com base nos dados página a página fornecidos pelo autor. O seu estilo é deveras sugestivo. Se os críticos literários estudiosos das técnicas de manipulação das emoções dos leitores desenvolvessem pelos escritores nas suas narrativas analisassem a arte narrativa deste autor, decerto registariam a sua capacidade de nos conduzir por um encadeado quase labiríntico de documentos, sem nunca incorrer no defeito da exaustão factual que provoca monotonia e cansaço. Ele sabe escolher e dosear os seus factos e, respeitando sempre a voz deles, desenrola uma trama narrativa que nos leva a atravessar o bulício louco das ruas de Lisboa daqueles dias (o autor cita Armindo Rodrigues: “Lisboa semelha uma esquisita e desvairada cidade”), para de repente nos transportar a uma cadeia da PIDE e nos sentar no gabinete de um agente da polícia política.

Com eficiente mestria, António Araújo coloca-nos frequentemente nas desvairadas ruas onde o povo (termo poético e demasiado genérico para uma população composta de grupos desbragados, ideologicamente fanáticos e dispostos a fazer justiça pelas suas próprias mãos) que era tudo menos gente movida por brandos costumes, fazia ou exigia prisões arbitrárias demandando vingança contra pessoas sem qualquer culpa formada, num processo totalmente fora dos devidos trâmites legais. Cito o autor: “em meados de 1975, 18 meses após o 25 de Abril, não tinha ainda sequer sido constituída qualquer instância judicial para jul-

gar os elementos da polícia política. Em finais de 1978, anos passados sobre a revolução, nem o 2º Tribunal Territorial do Porto nem o Tribunal Militar de Elvas tinham julgado qualquer processo de incriminação dos agentes da Direcção Geral de Segurança.” (p. 137)

São muitas as passagens do livro que apetece citar, no entanto deixo-as para a leitura dos verdadeiramente interessados. As violências da PIDE, que o autor refere e repudia de modo inquestionável (“As violências da PIDE/DGS não mais se apagaram da sua [da ditadura] memória. Da nossa também não.” p. 149), contrapõe-se o derriço anónimo da população que páginas deste livro demonstram dominada pelo espírito da pena de Talião. Armada em regra, ela era exigida pela justiça de rua, insensivelmente juntando culpados e inocentes arbitrariamente colocados no mesmo saco.

O país dos brandos costumes não é tão brando quanto se quer fazer crer. Apesar de tudo, a nossa sorte colectiva foi não ter surgido um Robespierre entre nós. Se calhar, afinal, o mito dos nossos brandos costumes tem algum fundamento. Mas na verdade seria preciso apagar-nos com uma esponja a Inquisição e a tenebrosa Matança da Páscoa de 1506, quando os judeus é que foram as vítimas da ira popular.

Quedo-me por aqui. Fica apenas a alta recomendação de leitura deste imensamente informado e altamente instrutivo livro sobre páginas pouco abonatórias da badalada revolução dos cravos que nos devem fazer pensar sobre o lado bem pouco humano de uma nação que às vezes se considera eleita. Um livro que é uma lição de história e de ética, com a vantagem de ter sido escrito como se fosse uma obra literária. O que significa que se lê de um fôlego, num apressado virar de páginas em busca do que nos vai ser ditto a seguir.

Próteas dos Açores chegam pela primeira vez a Miami

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas afirmou, em Angra do Heroísmo, que a floricultura constitui um sector em franco desenvolvimento nos Açores, revelando que, nos últimos três anos, aumentou em 50% a exportação de flores para a Holanda e que, este ano, pela primeira vez, serão exportadas próteas para Miami, nos Estados Unidos da América.

“A produção de próteas este ano, muito provavelmente, vai atingir os 3,5 milhões de hastes, quando há cerca de três anos eram pouco mais de dois milhões”, referiu João Ponte, acrescentando que estes dados revelam que este é um sector muito interessante e apelativo para os produtores e para as cooperativas, porque está em causa uma produção que visa a exportação.

João Ponte falava Quarta-feira no final de uma visita do Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, à Fruter, no segundo dia da visita do Executivo à ilha Terceira.



“Enquanto a horticultura e a fruticultura têm como principal objectivo substituir importações e garantir o abastecimento do mercado local, no caso da

floricultura acontece o contrário, já que toda a produção é para exportar”, salientou João Ponte.

Para o Secretário Regional, a evolução

positiva que o sector agrícola tem registado, designadamente na horticultura, fruticultura e floricultura, deve-se à aposta dos agricultores e ao trabalho que as cooperativas, como a Frutercoop - Cooperativa de Hortofruticultores da Ilha Terceira, têm desenvolvido ao nível da organização e valorização da produção.

João Ponte recordou que o Governo dos Açores criou no âmbito do POSEI uma ajuda específica para o acondicionamento de próteas, que contempla um apoio de cinco centímetros por haste, sendo que a ajuda é paga com base na quantidade de hastes comercializadas, com calibre igual ou superior a 40 centímetros.

“Continuar a apostar na qualidade é essencial para posicionar as produções dos Açores de forma diferente nos mercados e isso é fundamentalmente necessário para melhorar o rendimento do sector e dos agricultores”, frisou o Secretário Regional.